

**ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS
ACADEMIA REAL MILITAR (1810)
CURSO DE CIÊNCIAS MILITARES**

Adrián Lovera Cabaña

**EMPREGO DO PELOTÃO DE INFANTARIA NAS OPERAÇÕES CONTRA
FORÇAS IRREGULARES NO HAITI**

**Resende
2019**

Adrián Lovera Cabaña

**EMPREGO DO PELOTÃO DE INFANTARIA NAS OPERAÇÕES CONTRA
FORÇAS IRREGULARES NO HAITI**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Militares, da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN, RJ), como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Ciências Militares.**

Orientador: Cap Felipe Vaz De Freitas

Resende

2019

Adrián Lovera Cabaña

**EMPREGO DO PELOTÃO DE INFANTARIA NAS OPERAÇÕES CONTRA
FORÇAS IRREGULARES NO HAITI**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Militares, da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN, RJ), como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Ciências Militares**.

Aprovado em _____ de _____ de 2019.

Banca examinadora:

Felipe Vaz De Freitas - Cap
(Presidente/Orientador)

Luciano Velôzo Gomez Pedrosa - Cap

Stenio Da Silva Ribêiro - Maj

Resende
2019

Dedico este trabalho à minha querida avó Honorina Quiñonez, cuja presença foi essencial na minha vida, aos meus pais pelo apoio incondicional em todos os momentos difíceis da minha trajetória acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, á Deus, que me deu energia e benefícios para concluir todo esse trabalho.

A minha família, que mesmo longe, me apoiou e indiretamente contribuiu para que esse trabalho se realizasse.

Ao Cap Felipe Vaz De Freitas, por todas as orientações e ensinamentos que me guiaram durante a execução deste trabalho.

Enfim, agradeço a todas as pessoas que fizeram parte dessa etapa decisiva em minha vida.

RESUMO

EMPREGO DO PELOTÃO DE INFANTARIA NAS OPERAÇÕES CONTRA FORÇAS IRREGULARES NO HAITI

AUTOR: Adrián Lovera Cabaña

ORIENTADOR: Cap Felipe Vaz De Freitas

Este trabalho diz respeito ao emprego do Pelotão de Infantaria nas operações contra Forças Irregulares no Haiti. Através de um estudo bibliográfico fez-se um histórico da situação do Haiti, que levou à Missão de Paz denominada MINUSTAH, a qual foi liderada pelo Brasil. Logo após foram analisados os métodos de treinamento das tropas de infantaria, bem como as experiências vividas pelos militares que participaram da MINUSTAH. Também verificaram-se as formas de emprego dos pelotões de infantaria contra forças irregulares no Haiti. Ao final, constatou-se que a missão foi um sucesso, tendo sido a mesma finalizada em outubro de 2017.

Palavras-chave: MINUSTAH. Haiti. Forças irregulares. Pelotão de Infantaria. Operações.

ABSTRACT

EMPLOYMENT OF INFANTRY SQUAD IN OPERATIONS AGAINST IRREGULAR FORCES IN HAITI

AUTHOR: Adrián Lovera Cabaña

ORIENTER: Cap Felipe Vaz De Freitas

This work concerns the use of the Infantry Platoon in operations against Irregular Forces in Haiti. Through a bibliographic study a history of the situation of Haiti was carried out, that led to the Peace Mission denominated MINUSTAH, which was led by Brazil. Soon after, the methods of training of the infantry troops were analyzed, as well as the experiences of the military that participated in MINUSTAH. Also the forms of employment of the infantry platoons against irregular forces in Haiti were verified. In the end, it was verified that the mission was a success, having been the same one finalized in October of 2017.

Keywords: MINUSTAH. Haiti. Irregular forces. Infantry Platoon. Operations.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Militares Brasileiros no Haiti.....	24
Figura 2 – Distribuição de água à população após o terremoto de 2010.....	28
Figura 3 – O caos após o terremoto de 2010 no Haiti.....	29
Figura 4 – Haiti após a passagem do furacão Mathew em 2016.....	31

LISTA DE ABREVIATURAS

BRABAT	Batalhão Brasileiro
CCOPAB	Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil
Cia C Ap	Companhia de comando e apoio
Cia Fuz	Companhia de Fuzileiros
CIOp Paz	Centro de Instrução de Operações de Paz
EMC	Estado maior combinado
ESQ CAV	Esquadrão de Cavalaria
ICG	International Crisis Group
MICIVIH	Missão Civil Internacional no Haiti
MIF	Força Multinacional Interna
MINUSJUSTH	Missão das Nações Unidas para Apoio á Justiça no Haiti
MINUSTAH	Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti
MIPONUH	Missão de Polícia Civil das Nações Unidas no Haiti
MONUSCO	Missão das Nações Unidas na República do Congo
OEA	Organização dos Estados Americanos
ONU	Organização das Nações Unidas
PBO	Peacebuilding operations
PEO	Peace enforcement operations
PKO	Peacekeeping operations
PMO	Peacemaking operations
PNH	Polícia Nacional Haitiana
SU	Subunidades
UNMIH	Missão das Nações Unidas no Haiti
UNMISS	Missão das Nações Unidas no Sudão do Sul
UNSMIH	Missão de Apoio das Nações Unidas no Haiti
UNTMIH	Missão de Polícia Civil das Nações Unidas no Haiti
UNVEH	Nações Unidas para a Verificação de Eleições no Haiti

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
1.1	OBJETIVOS	12
1.1.1	Objetivo geral.....	12
1.1.2	Objetivos específicos.....	12
2	REFERENCIAL TEÓRICO	13
2.1	ANTECEDENTES DA MISSÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO HAITI	13
2.2	Gangues Haitianas	14
2.3	OPERAÇÕES DE MANUTENÇÃO DA PAZ.....	16
2.3.1	Promoção da Paz (<i>peacemaking operations – PMO</i>).....	17
2.3.2	Manutenção da Paz (<i>peacekeeping operations – PKO</i>)	17
2.3.3	Imposição da Paz (<i>peace enforcement operations – PEO</i>)	17
2.3.4	Consolidação da Paz (<i>peacebuilding operations – PBO</i>)	18
2.4	EVOLUÇÃO DAS OPERAÇÕES DE PAZ.....	18
2.4.1	Operações de manutenção da paz "clássicas" ou de "primeira geração"	18
2.4.2	Operações de segunda geração.....	19
2.4.3	Operações de terceira geração.....	19
2.4.4	Operações modernas	20
2.5	MISSÃO DE ESTABILIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO HAITI (MINUSTAH)	20
2.6	PREPARAÇÃO DAS TROPAS BRASILEIRAS PARA ATUAR NO HAITI	24
2.6.1	Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB).....	25
2.7	ATUAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO NO HAITI.....	26
2.7.1	BRABAT	26
2.7.2	Organização BRABAT.....	26
2.7.3	Ajuda humanitária	27
2.7.4	Após 13 anos de contribuição Brasil deixa o Haiti	30
3	REFERENCIAL METODOLÓGICO	32
3.1	TIPOS DE PESQUISA.....	32
3.2	MÉTODOS	33
4	ESTUDO DE CAMPO	34
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
	REFERÊNCIAS	39
	ANEXO	41
	ANEXO 1 – QUESTIONÁRIO PARA OS OFICIAIS	42

1 INTRODUÇÃO

Este estudo diz respeito ao emprego do Pelotão de Infantaria nas operações contra forças irregulares no Haiti. A república do Haiti está localizada na parte ocidental da ilha *La Española* ou também conhecido como São Domingo faz fronteira ao norte com o Oceano Atlântico, ao sul com o Mar do Caribe e ao leste com a República Dominicana. Está separada de Cuba pela passagem dos ventos. A capital é Porto Príncipe, a língua oficial é o francês e a forma de governo é a República.

Santiago (2007), afirma que a economia do Haiti é a mais pobre da América e do Hemisfério Ocidental, é o país com menor PIB per capita e um dos mais desiguais do mundo, tem uma baixa taxa de desemprego da sua população, sua renda anual per capita é menor do que o salário mínimo de outros países latino-americanos e a pobreza atingem mais da metade da população.

Nesse contexto, segundo o Exército Brasileiro (2019), a Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti foi criada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas em 30 de abril de 2004, com um objetivo de estabilizar o país, restaurando a paz, pacificando e desarmando grupos rebeldes. A missão começou efetivamente em junho de 2004, e desde seu início, contou com a presença de tropas brasileiras. À época o Haiti vivia um período de instabilidade com a renúncia do presidente Jean-Bertrand Aristide.

Para tal, segundo Visacro (2013), o Pelotão é a unidade tática básica da Infantaria e base para a formação das companhias. Sua organização pode variar de uma força para outra, porém as variações não são significativas. É, por excelência, a tropa do combate aproximado, com capacidade de operar em qualquer terreno e sob quaisquer condições climáticas ou meteorológicas que estão presentes nas operações contra força irregular no Haiti.

De acordo com Visacro (2013), as forças irregulares constituem o braço armado de organizações militantes que acalentam objetivos políticos mais elevados e possuem um espectro de atuação bem mais amplo do que os estreitos limites do campo militar podem oferecer. É todo conflito conduzido por uma força que não dispõe de organização militar formal e, sobretudo, de legitimidade jurídica institucional.

Também com a intenção de se projetar internacionalmente, o Brasil aceitou o convite para liderar esta missão, sendo a primeira vez que o país teria plenas condições de assumir uma missão de estabilização da paz.

Desta forma, cabe problematizar a questão: A atual composição dos pelotões de fuzileiros em operações de manutenção da paz, com três grupos de combate, foi suficiente para o bom cumprimento das missões nas operações contra forças irregulares no Haiti.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo geral

Verificar se a atual doutrina da ONU, que prevê a composição dos pelotões de fuzileiros, com três grupos de combate está adequada para as operações contra forças irregulares.

1.1.2 Objetivos específicos

Apresentar um apanhado histórico sobre o Haiti;

Apresentar a participação da ONU no Haiti;

Analisar os métodos de treinamento das tropas de infantaria para missão de paz;

Analisar as experiências vividas pelos militares que participaram da MINUSTAH;

Verificar as formas de emprego dos pelotões de infantaria contra forças irregulares no Haiti.

Concluir se a atual composição dos pelotões de fuzileiros, com três grupos de combate é adequada para o combate entre forças irregulares.

Apresentar uma proposta de composição para o Pelotão de fuzileiros, caso a doutrina atual da ONU não atenda plenamente as necessidades para o combate contra forças irregulares.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 ANTECEDENTES DA MISSÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO HAITI

O trabalho das Nações Unidas no Haiti começou em fevereiro de 1990, quando, a pedido do Governo Provisório, o Grupo de Observadores das Nações Unidas para a Verificação de Eleições no Haiti (UNVEH) supervisionou a organização e realização de eleições no país. A situação piorou após o golpe de 1991 e a derrubada do presidente legítimo. As Nações Unidas e a Organização dos Estados Americanos (OEA) responderam a esses eventos mediante o envio conjunto de uma Missão Civil Internacional no Haiti (MICIVIH), em fevereiro de 1993. Em setembro do mesmo ano, o Conselho de Segurança estabeleceu a primeira operação das Nações Unidas para a manutenção da paz no país, a Missão das Nações Unidas no Haiti (UNMIH). Contudo, devido à falta de cooperação das autoridades militares haitianas, a UNMIH não conseguiu mobilizar nessa altura toda a sua capacidade para cumprir o seu mandato (CONFERENCIA DE LAS FUERZAS ARMADAS CENTROAMERICANAS, 2019).

Em julho de 1994, o Conselho de Segurança autorizou o envio de uma força multinacional de 20.000 soldados para facilitar o retorno imediato de autoridades legítimas, manter um ambiente seguro e estável no país e promover o estado de direito. A força multinacional foi seguida por outras missões das Nações Unidas de 1994 a 2001, incluindo a própria UNMIH, que assumiu plenamente suas funções em março de 1995, a Missão de Apoio das Nações Unidas no Haiti (UNSMIH), a Missão de Transição das Nações Unidas no Haiti (UNTMIH) e da Missão de Polícia Civil das Nações Unidas no Haiti (MIPONUH) (CONFERENCIA DE LAS FUERZAS ARMADAS CENTROAMERICANAS, 2019).

Ao longo deste período, houve vários desenvolvimentos positivos, como a restauração de um certo grau de democracia, com a primeira transferência de poder em condições de paz entre dois presidentes democraticamente eleitos, o crescimento de uma sociedade civil multifacetada e sua crescente participação no desenvolvimento de uma cultura política baseada em valores democráticos. No entanto, também houve contratemplos. Devido à incessante crise política e à consequente falta de estabilidade no país, nenhuma grande reforma prosperou (CONFERENCIA DE LAS FUERZAS ARMADAS CENTROAMERICANAS, 2019).

No início de fevereiro de 2004, um conflito armado estourou na cidade de Gonaïves, que se espalhou pelos dias seguintes para outras cidades. Pouco a pouco, os insurgentes

assumiram o controle de grande parte do norte do país. Em 29 de fevereiro, o Conselho de Segurança, determinando que a situação no Haiti constituía uma ameaça à paz e segurança, o Conselho de Segurança adotou a resolução 1529 (2004) que autorizou o envio de uma Força Provisória Multinacional e manifestou a disponibilidade do Conselho para estabelecer uma força de estabilização para apoiar a continuação do processo político pacífico e constitucional, bem como manter um ambiente seguro e estável (CONFERENCIA DE LAS FUERZAS ARMADAS CENTROAMERICANAS, 2019).

A MINUSTAH foi inicialmente estabelecida para: auxiliar o governo de transição a estabelecer um ambiente seguro e estável; auxiliar na supervisão, reestruturação e reforma da Polícia Nacional do Haiti; prestar assistência através de programas abrangentes e de longo prazo de desarmamento, desmobilização e reintegração; prestar assistência para a restauração e manutenção do estado de direito, segurança pública e ordem pública; proteger o pessoal, serviços, instalações e equipamentos das Nações Unidas e proteger civis em risco iminente de violência física; apoiar o processo político e constitucional; Assistir na tarefa de organizar, supervisionar e realizar eleições municipais, parlamentares e presidenciais livres e justas; apoiar o governo de transição e as instituições e organizações haitianas em seus esforços para promover e proteger os direitos humanos; e informar sobre a situação dos direitos humanos no país (CONFERENCIA DE LAS FUERZAS ARMADAS CENTROAMERICANAS, 2019).

A missão foi autorizada a incorporar até 6.700 militares, 1.622 policiais civis, cerca de 550 funcionários públicos internacionais, 150 voluntários das Nações Unidas e 1.000 funcionários civis locais. Durante os anos seguintes, o Conselho de Segurança alterado em várias ocasiões o mandato da MINUSTAH, o seu conceito de operações e sua dotação, para se adaptar às novas circunstâncias socioeconômicas e novas exigências impostas pela política de segurança do país (CONFERENCIA DE LAS FUERZAS ARMADAS CENTROAMERICANAS, 2019).

2.2 Gangues Haitianas

Em 2005, a despeito da presença da MINUSTAH, conforme esclarece o International Crisis Group (ICG, 2005, n. 13), a sociedade haitiana apresentava-se profundamente polarizada.

O colapso da autoridade do Estado e das instituições estatais ao longo da década anterior abriu caminho para o surgimento de grupos violentos assentados em conflitos sociais e lutas políticas, mas também de cunho apolítico como quadrilhas de traficantes e sequestradores. Subjacente a essa violência observa-se a falta de comprometimento das elites políticas em organizar uma resposta sincera e

sustentável à crônica pobreza, privação e exclusão social que colocam a população haitiana em situação de risco. Segundo Dziedzic e Perito (2008, p. 2), mesmo antes do terremoto de janeiro de 2010, o sistema judicial haitiano apresentava-se como inoperante e com estruturas penais antiquadas, ou seja, sem condições para fazer frente à pressão das gangues. Além disso, a única força de segurança do país, a Polícia Nacional Haitiana (PNH) apresenta déficit de efetivos e equipamentos, além de ser foco da desconfiança da população em função do seu legado de corrupção e implicação com o problema das gangues.

Conhecidos como *chimères* esses grupos armados, durante o segundo governo de Aristide, emergiam das favelas para silenciar opositores políticos e pressionar a população. Com a segunda deposição de Aristide, essas gangues capturaram o controle de várias favelas como Cité Soleil e Bel Air, convertendo-as nas principais fontes de insegurança para a capital (Dziedzic e Perito, 2008, p. 2).

Na perspectiva de Dziedzic e Perito (2008, p. 2), os *chimères* foram apenas a manifestação mais recente da prática haitiana de criação de grupos paramilitares para servir como um contrapeso às forças de segurança dos governos na luta pelo controle da população.

Segundo Kolbe (2013), estes são os principais grupos armados que atuam no Haiti:

Gangues urbanas: tais como Baz Labanye, Lame Ti Machete, Bois Neuf, Armee Sans Tete, Baze Solino e Rat. Grupos pequenos e geograficamente isolados compostos principalmente de jovens nas zonas urbanas populares. Tais grupos podem ou não ser politicamente motivados e muitas vezes são apoiados financeiramente por empresários. Eles costumam se envolver em crimes de pequena escala, incluindo a violência contra aqueles percebidos como uma ameaça à sua vizinhança, extorsão de empresas locais ou de comerciantes de rua, e a venda local de contrabando. Gangues urbanas costumam fornecer serviços sociais para os moradores, incluindo assistência com cuidados médicos e custos de enterro, pagando propinas para as crianças desfavorecidas, coleta de lixo, reparo em casas, e a organização de eventos sociais e musicais.

Ex-militares: Esses grupos costumam reunir de dezenas a algumas centenas de indivíduos em cada localização. Além disso, tais grupos são coordenados em nível nacional, sendo liderados por ex-militares., grupos de ex-militares ocuparam antigas bases militares e outras propriedades do governo em todo o país para operar programas de treinamento para novos recrutas. Novos membros são considerados recrutas. Eles têm armas de acesso e podem avançar para posições de liderança. Segundo Kolbe (2013), apesar de raro, ocasionalmente gangues urbanas armadas se juntaram a grupos insurgentes maiores. Por exemplo, o Cannibal Army, uma gangue urbana da zona popular de Raboteau na cidade de Gonaives, fez uma aliança pública com os grupos de ex-militares, e se juntaram à insurgência contra o governo eleito do Haiti para auxiliar na derrubada do presidente Aristide em 2004. A gangue rapidamente adotou atividade criminosa em meados de 2004 e já não se encontra mais associada aos ex-militares.

Milícias privadas: Compostas principalmente de homens que trabalham para as empresas de segurança privada, esses grupos se identificam com aqueles que os contratam e, assim, muitas vezes não têm nomes próprios e um senso de identidade de grupo. Milícias privadas podem envolver-se em atividades criminosas, incluindo o tráfico, a extorsão e a perseguição sindical. Apesar disso, muitas limitam suas atividades a prestação de segurança, a qual é semelhante (embora mais extensa) à segurança fornecida por empresas de segurança privada. Membros são considerados como empregados, os quais têm acesso a armas e, ocasionalmente, avançam em posições de liderança, (Kolbe, 2013).

Redes criminais: também não costumam ser identificadas por um nome particular. As redes criminosas têm amplitude regional ou nacional e frequentemente estão associadas a famílias ricas e poderosas. Tais grupos se envolvem tanto em negócios legais como ilegais, incluindo importação/exportação, o tráfico de armas, drogas e pessoas, a loteria, o empréstimo de dinheiro, os esquemas de proteção e lavagem de dinheiro. Membros são considerados como empregados. Apesar de terem acesso a armas, o avanço em posições de liderança parece ocorrer em função de laços familiares (Kolbe, 2013)

Para Kolbe (2013), apesar da comunidade internacional definir as gangues como grupos urbanos armados, para a população haitiana tratam-se de “associações políticas”, “grupos comunitários” ou simplesmente “bases”.

2.3 OPERAÇÕES DE MANUTENÇÃO DA PAZ

Segundo a ONU (2019), inicialmente liderada pela Liga das Nações, nas décadas de 1920 e 1930, houve o marco inaugural das Operações de Manutenção da Paz, ainda que sem denominação, porém com objetivos específicos e delimitados em torno da segurança, prevenção de conflitos e a manutenção da paz. Entretanto, nessa época ainda se tinha uma visão diferente em relação à segurança internacional, pois a ideia era de que a segurança deveria ser feita pelas grandes potências da época e, portanto, eram responsáveis por manter a segurança ainda que além de suas fronteiras.

As Nações Unidas, diferentemente da Liga das Nações, desde a sua criação, em 1945, têm colocado como um dos principais objetivos manter a paz e segurança internacionais. A ONU, por sua vez, vem sendo chamada para intervenções em diversas regiões do globo, evitando que disputas não se transformem em conflitos, dando oportunidade, aos opositores, de se sentarem à mesa para negociar e chegar a uma solução ou mesmo para uma restauração da paz após uma guerra (ONU, 2019).

Apesar de não estarem expressamente escritos na carta da ONU, alguns instrumentos foram desenvolvidos com a finalidade de assegurar que a ONU tivesse acesso presencial em áreas conflagradas, incentivando as partes a ter uma solução pacífica nos conflitos. A base legal advém dos Capítulos VI (solução pacífica de conflitos), VII (ação em caso de ruptura da paz e atos de agressão) e VIII (participação de organizações regionais e sub-regionais na manutenção da paz e segurança) da Carta da ONU (ONU, 2019).

De acordo com a ONU (2019), a primeira operação de manutenção da paz das Nações Unidas ocorreu em 1948, quando o Conselho de Segurança autorizou a preparação e o envio de militares da ONU para o Oriente Médio para observar o Acordo de Armistício entre Israel e os outros países árabes. A partir disso, 63 operações de paz das Nações Unidas foram criadas.

Segundo a ONU (2019), a partir de um documento chamado “Uma agenda para a paz”, apresentado pelo Secretário-Geral da ONU Kofi Annan, é tomado como base para classificar as operações de manutenção da paz, uma vez que nem a Carta da ONU nem a Assembleia Geral fazem referência direta sobre a classificação das operações de paz.

Portanto, segundo o referido documento, as operações de paz são classificadas, de acordo com a sua finalidade e modo de atuação, como: Promoção da Paz (*peacemaking operations – PMO*), Manutenção da Paz (*peacekeeping operations – PKO*), Imposição da Paz (*peace enforcement operations – PEO*), Consolidação da Paz (*peacebuilding operations – PBO*)

2.3.1 Promoção da Paz (*peacemaking operations – PMO*)

Tomando como base o artigo 33 da Carta da ONU, Capítulo VI, onde diz que:

“as partes em uma controvérsia, que possa vir a constituir uma ameaça à paz e à segurança internacionais, procurarão, antes de tudo, chegar a uma solução por negociação, inquérito, mediação, conciliação, arbitragem, solução judicial, recurso a entidades ou acordos regionais, ou a qualquer outro meio pacífico à sua escolha”, (ONU, 2019)

Entende-se que nas operações de Promoção da paz o objetivo principal é a negociação entre as partes, de forma a encontrar um meio pacífico para solucionar um conflito já iniciado, através de acordos de paz entre as partes envolvidas. O modo de atuação é baseado no Capítulo VI da Carta da ONU, onde indica os métodos e as condutas a serem seguidos.

2.3.2 Manutenção da Paz (*peacekeeping operations – PKO*)

De acordo com ONU (2019), neste tipo de operação destaca-se a atuação de militares, policiais e civis na área do conflito, com o consentimento das partes envolvidas, com o objetivo de implementar ou observar o cumprimento dos acordos de paz que foram estabelecidos entre as partes do conflito. A atuação é a partir de monitoramentos dos termos do acordo, cessar-fogo, separação de força, desmobilização de tropas, repatriamento de refugiados etc. Durante a atuação das tropas é comum um complemento por esforço político, com o intuito de desenvolver um processo eleitoral, uma vez que é de interesse da ONU que o Estado se estruture politicamente e economicamente.

A base jurídica desta operação não se enquadra perfeitamente no Capítulo VI da Carta da ONU, nem no Capítulo VII. Porém, ela se aproxima melhor do Capítulo VII, com a ressalva de que tem-se o consentimento de ambas as partes envolvidas.

2.3.3 Imposição da Paz (*peace enforcement operations – PEO*)

A base jurídica desta operação é encontrada no Capítulo VII da Carta da ONU, onde é apresentado o modo de atuação frente a uma ameaça à paz, ruptura ou ato de agressão. A

partir disso, são feitas recomendações ou apresentadas as medidas a serem tomadas com o objetivo de manter ou estabelecer a paz e a segurança nacional (ONU, 2019)

Portanto, com o respaldo do Capítulo VII, são operações na qual o uso da força armada na manutenção ou restauração da paz e segurança internacionais é autorizado, quando uma das partes não é a favor com o auxílio presente de organismos externos. As operações de imposição da paz abrangem intervenções de caráter humanitário e são estabelecidas a partir do julgamento do Conselho de Segurança na existência de ameaça à paz e segurança internacionais (ONU, 2019)

2.3.4 Consolidação da Paz (peacebuilding operations – PBO)

Segundo ONU (2019), operações de consolidação da paz visam fortalecer as forças do estado, através de um processo de reconciliação nacional, com o reestruturamento de estruturas econômicas, políticas, jurídicas etc. Esse tipo de operação ocorre normalmente após operações de manutenção de paz que, por sua vez, já iniciam um processo de reestruturação do Estado para, futuramente, ao término da intervenção da ONU, tenha-se um Estado auto-suficiente, que seja capaz de ser independente.

Nestas operações pode haver ou não a presença de militares, que irão garantir a ordem quando as instituições locais não estiverem em condições de realizar e oferecer a estabilidade necessária, apoiando também ações de organismos humanitários e de reconstrução, e o emprego de programas de fundos de agências da ONU (ONU, 2019).

2.4 EVOLUÇÃO DAS OPERAÇÕES DE PAZ

2.4.1 Operações de manutenção da paz "clássicas" ou de "primeira geração"

Segundo Kolbe (2013), as primeiras operações ocorreram durante os anos de 1948-1988, as quais foram autorizadas durante a guerra fria uma época de conflitos ideológicos, entre Estados Unidos e a União Soviética. Devido ao conflito ideológico, houve uma influência no comportamento dos Estados do sistema internacional. Nesse período foram executadas apenas 13 operações de paz.

A maioria dos conflitos ocorreram a partir de insatisfação, entre dois ou mais Estados soberanos, que estavam dispostos a garantir os objetivos nacionais, preservando seu território contra agentes externos. Portanto, para buscar a paz em conflitos como estes, eram enviadas

tropas desarmadas ou fracamente armadas, objetivando, principalmente, acordos de cessar-fogo, tréguas e acordos de armistício e limites de fronteiras em áreas conflituosas, o apoio à retirada de tropas e o acompanhamento para a assinatura de tratados de paz (KOLBE, 2013).

2.4.2 Operações de segunda geração

De acordo com Kolbe (2013), ocorridas durante o período de 1988-1999, foram instituídas 40 operações de paz, cerca de 3 vezes mais que nas 4 décadas anteriores. Acredita-se que três fatores contribuíram para o aumento das operações de manutenção da paz após a Guerra Fria. São eles: a distensão política entre os EUA e a União Soviética, o afloramento de antagonismos étnicos e religiosos e a crescente universalização dos valores da democracia e do respeito aos direitos humanos.

Esse aumento no número de operações de manutenção da paz acabou ocasionando mudanças adaptativas, comparando com as de primeira geração, em vários aspectos, como a questão da mobilização de tropas para o conflito intra-estatal. A necessidade dessa mudança foi tamanha que, para se adaptar ao novo cenário de combate, foi exigido do modelo clássico maior flexibilidade, criando novas funções e tarefas (KOLBE, 2013).

As tropas empregadas passaram a ser compostas também por civis, que tinham experiências em áreas como eleições, direitos humanos, administração pública, gerenciamento econômico e assistência humanitária. Além disso, houve uma mudança nos efetivos com a intenção de proporcionar um ambiente melhor aos civis que começaram a integrar as tropas e atuar no processo de pacificação política e de reconciliação nacional (KOLBE, 2013).

Porém, ainda que muitos analistas avaliem que a ONU atingiu, nas operações de segunda geração, resultados interessantes em algumas áreas, a execução completa não foi satisfatória. Devida à falha no processo de adaptação a essa nova fase, as operações de paz de segunda geração provaram que os conceitos deveriam ser revistos e propostos melhoramentos nas áreas deficientes (KOLBE, 2013).

2.4.3 Operações de terceira geração

Segundo Kolbe (2013), as operações de paz de terceira geração foram iniciadas com missões de imposição da paz. Nelas correram mandatos que, devidamente autorizados pelo Capítulo VII da Carta da ONU que também é conhecido como Carta de São Francisco, objetivavam desde ações militares com a finalidade de proteger atividades de assistência

humanitária, até a imposição de cessar-fogo, além de auxiliar na reconstrução de “Estados falidos”.

Porém, foi com o início desta fase das operações onde foram apresentados os maiores insucessos das operações de paz, uma vez que em muitos casos havia falta de consentimento das partes envolvidas ou mesmo a intensificação do uso da força, dando liberdade para que as forças de paz fossem consideradas imparciais ou incapazes de solucionar tais conflitos. São exemplos de tentativas de intervenções da ONU as missões que ocorreram em Ruanda, Somália e na Bósnia-Herzegovina (KOLBE, 2013).

2.4.4 Operações modernas

Para Kolbe (2013), comparando com os tipos de operações anteriores, as operações modernas são muito mais complexas e exigem da tropa um nível muito maior de adestramento. Enquanto nas operações de primeira, segunda e terceira geração o objetivo principal era observar, relatar violações e procurar soluções pacíficas para conflitos, geralmente, entre países em guerra, as operações modernas visam levar a paz a lugares que foram devastados por conflitos, em muitos casos, internos, e com a dificuldade ou impossibilidade de ser executado um acordo devido a fragilidade da situação.

Para atuar nessas operações, foi desenvolvida uma abordagem multidimensional, com militares, policiais e civis trabalhando, principalmente, na área de direitos humanos e proteção de civis. Com isso, deve haver mostras da capacidade de adaptação dos quadros a condicionantes operacionais cada vez mais complexos (KOLBE, 2013).

Portanto, com o decorrer dos anos, houve a necessidade dessa readaptação da atuação das tropas na manutenção das operações de paz, obrigando as forças de paz a atuarem cada vez mais em cenários de alto risco, onde o Teatro de Operações é nas cidades, junto da população, e não se sabe quem é o inimigo. A ONU, porém, lidando com os conflitos do século XXI, deve também se adaptar aos novos contextos sem esquecer os seus princípios fundamentais, os quais desde 1950 são objetivos principais das operações de manutenção da paz: atuar com imparcialidade e operar com o consentimento das partes, para manter a paz e a segurança internacionais (KOLBE, 2013).

2.5 MISSÃO DE ESTABILIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO HAITI (MINUSTAH)

Para compreender o contexto de operações é preciso uma análise tanto por um lado histórico como pelo lado territorial, onde serão abordados os obstáculos enfrentados pelas

tropas brasileiras na região, citando também os motivos pelos quais houve essa intervenção no Haiti.

De acordo com o Exército Brasileiro (2019), o território do Haiti é localizado na parte insular da América Latina, na placa Caribenha, entre a placa Norte Americana e a placa Sul-americana, sendo este um motivo crucial de tornar o Haiti uma região propensa a terremotos como o ocorrido no dia 12 de janeiro de 2010. Ocupando o terço oeste da Ilha *La Española*, a qual divide com a República Dominicana, o Haiti possui em sua configuração montanhas escarpadas com pequenas planícies costeiras e vales fluviais, possuindo planícies tanto na zona leste, quanto na zona central do país.

O Haiti tem uma superfície de 27.750 km², fazendo limites com o Oceânico Atlântico, ao Norte, República Dominicana, a Leste, Mar do Caribe, ao Sul, e passagem de Sotavento a Oeste. A sua capital é Porto Príncipe e seus idiomas oficiais são o crioulo, mais utilizados pela população, e o francês, que cerca de 10% dos haitianos utilizam (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2019).

A população haitiana possui cerca de 8.121.622 de pessoas, das quais 87% da população é composta por católicos, sendo esta a religião oficial, mas o país tem grande influência africana marcada por práticas místicas como o vodu. Cerca de 95% dos haitianos são de descendência africana e os 5% restantes se dividem em mulatos e descendentes de europeus. Apesar da população haitiana se concentrar nas zonas urbanas, vales e planícies, a densidade populacional do Haiti é em média de 322 habitantes por quilômetro quadrado (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2019).

O açúcar tem sido, desde o século XVIII, o principal produto da economia haitiana, que mantém a agricultura como a base da sua economia, cultivada em vales e planícies costeiras. Atualmente, o Haiti tem uma economia predominantemente primária, exportando também banana, manga, milho, batata doce etc. A renda *per capita* é extremamente baixa e a expectativa de vida é de 60,9 anos. A moeda oficial é o Gourde (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2019).

A política haitiana é classificada como uma República Presidencialista, um Presidente e uma Assembleia Nacional, onde as ideias estão subordinadas a constituição dos Estados Unidos e da França.

Segundo o Exército Brasileiro (2019), descoberto por Colombo em 1492, a ilha *La Española* é a segunda maior ilha do Mar do Caribe, ficando atrás apenas em tamanho, da ilha da Cuba. Ao chegar na região, Colombo não teve dificuldade para ocupar e dominar a região, composta por índios que viviam de forma simples e pacífica, e não chegaram a constituir uma

civilização avançada no território haitiano. A tropa europeia trouxe tecnologias, canhões, soldados e armas de fogo, o que ajudou a quase dizimar, de forma totalmente desproporcional, a população regional. Ao final do século XVI, quase toda a população nativa tinha sido escravizada, desaparecida ou morta pelos conquistadores.

A colônia de Hispaniola, que originalmente pertencia a Espanha, foi dividida com a França, sendo que a França obteve a parte ocidental da ilha que depois se transformaria em Haiti. A partir disso, em poucas décadas a região haitiana, devido a boa localização e ao solo fértil, tornou-se a colônia francesa mais rica da América, justamente graças a exportação de açúcar, cacau e café. O Haiti era composto por latifúndios e uma minoria rica francesa controlava a economia e a escravidão na região. Conseqüentemente, conforme os anos estavam passando começou a surgir uma insatisfação local, visto que a minoria estava se tornando cada vez mais rica e a maioria cada vez mais pobre, culminando, então, em 1794, na revolta dos escravos. A partir disso, o Haiti se tornou o primeiro país do mundo a abolir a escravidão (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2019).

Após diversos conflitos travados entre escravos e tropas francesas, Jacques Dessalines, em 1804, após expulsar os franceses, declarou a independência e se tornou imperador.

O domínio econômico do país pelas grandes empresas comerciais e bancárias da França, Espanha e dos Estados Unidos começou a ser fortalecido em 1840, e tentaram de todas as formas impedir o desenvolvimento manufatureiro e industrial do país. Os Estados Unidos só foram reconhecer a independência do Haiti em 1862 (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2019).

Passando o período de instabilidade em uma sucessão de 20 presidentes e da ocupação do Haiti por tropas americanas, com um objetivo de proteção dos interesses americanos no país, outros acontecimentos levaram a tornar o país a situação atual. Entre 1946 e 1957, ocorreu a ditadura de François Duvalier, médico e chefe da seita Vodou de grande vulto, representando a população negra pobre. Seu governo era baseado no terror policial, perseguindo seus inimigos e a igreja católica, controlando o país na base da força e transferindo grande parte dos recursos para a corrupção. Em 1971, o médico, cujo codinome era Papa Doc, morreu e foi substituído por seu filho, Baby Doc. Em 1986, Baby Doc decretou estado de sítio, o que acabou causando o aumento dos protestos populares, fazendo com que ele fugisse com a família para a França (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2019).

A partir disso, em dezembro de 1990, foram realizadas eleições livres, vencida pelo padre esquerdista Jean-Bertrand Aristide, o qual pouco tempo depois foi deposto através de um golpe do General Raul Cedras, sendo exilado nos Estados Unidos. A Organização dos

Estados Americanos, (OEA), a Organização das Nações Unidas, (ONU) e os Estados Unidos impuseram sanções econômicas ao país para forçar os militares a permitirem a volta de Aristide ao poder, após revoltas e conflitos, Aristide reassumiu em 1994, com a economia totalmente arrasada (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2019).

No período entre 1994 e 2000, ainda que com avanços, como a eleição democrática de dois presidentes, o Haiti, permaneceu em crise política e econômica, o que causou uma instabilidade no país e as reformas políticas não foram possíveis de serem implementadas. Além disso, as eleições presidenciais e parlamentares em 2000 foram marcadas por uma obscura incerteza e desconfiança, com uma suspeita de manipulação por Aristide e seu partido, o que foi o primeiro passo que motivou o início das operações de manutenção da paz no Haiti. Após as eleições, o contato com os partidos de oposição ficou cada vez mais difícil, devido à insatisfação dos mesmos, que passaram a clamar pela renúncia de Aristide. Diversos países como os Estados Unidos, o Canadá e a França se colocaram à disposição para ajudar a achar uma solução pacífica para a situação, porém a oposição negou a proposta, aprofundando a crise no Haiti (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2019).

Segundo o Exército Brasileiro (2019), em 2004 começaram pequenos focos de conflitos em Gonaives, espalhando para cidades vizinhas nos dias subsequentes. Conforme a oposição foi tomando conta do Norte do Haiti e ameaçando tomar a capital do país, Porto Príncipe, Aristides deixou o país, asilando-se na África do Sul em 29 de fevereiro. A partir disso, quem assumiu a presidência, interinamente, foi o então presidente da suprema corte, Bonifácio Alexandre, que rapidamente pediu apoio das Nações Unidas para ter uma transição política e constitucional de forma pacífica, mantendo a segurança interna. Dentro desse contexto, ao considerar que a situação no Haiti ainda constituía ameaça para a paz internacional e a segurança na região, o Conselho de Segurança decidiu estabelecer a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH). O Conselho de Segurança aprovou o envio de tropas, cerca de 6.700 militares, oriundos da Argentina, Benin, Bolívia, Brasil, Canadá, Chade, Chile, Croácia, França, Jordânia, Nepal, Paraguai, Peru, Portugal, Turquia e Uruguai que, prontamente, iniciaram seu desdobramento. A missão de manutenção da paz tinha a finalidade de restaurar a ordem no Haiti e promover novas eleições, após um longo período de instabilidade e insatisfação da população local, com a criação de milícias e grupos armados contra a intervenção da ONU e ao governo da época (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2019).

Figura 1 – Militares brasileiros no Haiti



Fonte: ONU, 2016

2.6 PREPARAÇÃO DAS TROPAS BRASILEIRAS PARA ATUAR NO HAITI

Segundo Brasil (2013), visto que os conflitos têm evoluído constantemente, tem-se a dificuldade no combate às forças adversas. Em um país como o Brasil, onde se vive em guerra, vem o questionamento de como manter as tropas preparadas e em pronto emprego para situações adversas. Com isso, analisando a atuação brasileira em Operações de Manutenção da Paz temos benefícios que vão muito além dos aspectos políticos. No campo militar, por exemplo, observa-se a melhoria e manutenção do adestramento da tropa em diversos aspectos, como o conhecimento de novas áreas operacionais, o contato com a cultura dos povos nativos, a convivência com tropas de diferentes países, a avaliação de equipamentos, armamentos e materiais, possivelmente inéditos à tropa, e, principalmente, a oportunidade da atuação em ambiente de conflito real.

Por se tratar de uma missão extremamente complexa, em solo exterior, deve-se, primeiramente, conscientizar a tropa, sendo muito importante a preparação, a partir de duas vertentes: psicologicamente e fisicamente. Esses tipos de preparo têm sido muito bem abordados pelas tropas brasileiras (BRASIL, 2013).

Segundo Brasil (2013), pelo lado psicológico, o levantamento das informações da região e das características da população local é de suma importância, o que tem toda uma lógica de pensamento, que é explicada a partir de como a tropa irá ver a população local e os

motivos pelos quais eles estão agindo de tal maneira. Com isso, a tropa irá saber como lidar em situações adversas durante o dia-a-dia na operação de paz.

Ainda de acordo com Brasil (2013) é preciso que o militar aprenda a cultura local, para que possa com isso obter o respeito da população e tê-la como aliada durante toda a Missão.

Já pelo lado do preparo físico, destaca-se a necessidade de adestramento das tropas que serão enviadas, com a promoção de estágios e treinamentos que simulem a vivência do dia-a-dia dos militares em atuação. Desta forma, irá ajudar a preparar a tropa, com treinamentos padronizados das Nações Unidas, além de técnicas, táticas e procedimentos que serão utilizados no Haiti (BRASIL, 2013).

2.6.1 Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB)

Segundo o Exército Brasileiro (2019), o Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil foi criado em 2010, a partir de uma antiga estrutura já formada no Rio de Janeiro, chamada Centro de Instrução de Operações de Paz (CIOp Paz). Tanto militares brasileiros quanto estrangeiros, designados para operações de paz, são recebidos neste centro, com a finalidade de prepará-los e orientá-los nas operações sob a égide da ONU. Como exemplos de treinamentos, temos o patrulhamento a pé e mecanizado, operações de cerco, proteção de civis, primeiros socorros, negociação, tiro em simulador, emprego de armas não letais e técnicas de combate em ambiente urbano, dentre outras atividades auxiliam aos militares que irão integrar as forças de paz no Haiti a se capacitarem na condução das atividades durante a missão.

Segundo Exército Brasileiro (2019), coronel comandante do 24º Batalhão de Infantaria de Força de Paz, após quatro meses de treinamento, a tropa está preparada para seguir para o Haiti, com o nível de adestramento e maturidade adequados para cumprir com eficiência a Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti, MINUSTAH. Além disso, é de suma importância o emprego das tropas brasileiras em situação real, uma vez que permite aumentar o nível de adestramento e mantém o preparo da tropa para qualquer situação.

2.7 ATUAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO NO HAITI

2.7.1 BRABAT

Visando pacificar e desarmar grupos rebeldes, promover eleições livres e informadas, formar o desenvolvimento institucional e econômico do Haiti e estabilizar de forma geral o país, o Conselho de Segurança por meio de sua Resolução 1542, de 30 de abril de 2004, decidiu estabelecer a Operação de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH) por um período inicial de seis meses, com a previsão de renovação por períodos adicionais e solicitou que a autoridade fosse transferida da Força Multinacional Interna (MIF) para a MINUSTAH em 1º de junho de 2004. Para tal, o General Augusto Heleno Pereira, do Exército Brasileiro indicado pelo Secretário Geral da ONU a ser o *Force Commander* das tropas a serem empregadas (LESSA, 2007).

A Manutenção da Paz se caracteriza pelo emprego de forças militares, policiais e civis para agir cessando as hostilidades das partes do conflito, devendo, para isso, seguir certas condições básicas:

[...] o consentimento das partes envolvidas, o respaldo de Resolução do Conselho de Segurança (com expressivo apoio internacional) e que os Estados-Membros se apresentem voluntariamente para integrar a missão com efetivos de seus países. As operações de manutenção da paz terão, além das atividades clássicas, outras funções suplementares de grande relevância, tais como: Garantir o respeito pelos direitos humanos; Supervisionar a realização de eleições livres e legítimas; Prover assistência humanitária; Auxiliar na desmobilização e reintegração de ex-combatentes à vida civil; Promover a implantação da infra-estrutura básica para manutenção da paz e da ordem. (LESSA,2007, p.)

Além disso, devem ser seguidos certos princípios básicos como a participação voluntária dos Estados-Membros, a imparcialidade, o consentimento das partes e o uso mínimo da força limitado á autodefesa. O Batalhão de Infantaria de Força de Paz Haiti (BRABATT), está inserido na MINUSTAH, cumprindo seu papel de Organização Militar de Infantaria valor unidade.

2.7.2 Organização BRABAT

No início da missão, o Brasil enviou para o Haiti um Batalhão de Infantaria e uma Companhia de Engenharia. O Batalhão de Infantaria de Força de Paz possui e sigla em inglês de BRABATT e tem a seguinte estrutura:

- Comando - um comandante e um subcomandante;
- Estado-maior combinado (EMC) – constituindo pelas ações pessoal, inteligência, planejamento e operações, logística, comando e controle, assuntos civis e comunicação social;
- Uma companhia de comando e apoio (Cia C Ap); e
- Quantidade variável de subunidades (SU) operacionais - no caso do batalhão brasileiro, há 03 Companhias de Fuzileiros (Cia Fuz), 01 Esquadrão de Cavalaria (Esq Cav), um Pelotão de Polícia do exército (Cia PE) e um Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais (Gpt Op Fuz Nav).

Cada uma das Companhias de Fuzileiros possui quatro Pelotões de Fuzileiros, constituídos por 30 (trinta) homens cada, e uma seção de comando, responsável pela logística e comunicações da SU, com isso o efetivo total de uma Companhia de Fuzileiros é de 150 homens. O pelotão de fuzileiros é composto por:

	Posto/graduação	Função
Cmdo	1º Tenente	Comandante
	2º Sargento	Adjunto
Gp Cmdo	Soldado	Rádio-operador
	3º Sargento (um por GC)	Comandante de GC
Grupo de Combate (GC) (três grupos)	Cabo (dois por GC)	Comandante de esquadra
	Soldado (seis por Gc)	Fuzileiro

2.7.3 Ajuda humanitária

Segundo Hamman e Teixeira (2017), o Conselho de Segurança da ONU adotou a Resolução 1542 (2004) em sua 4961ª reunião em 30 de abril de 2004 e estabeleceu a Missão

de Estabilização no Haiti (MINUSTAH) cujo componente militar foi colocado sob o comando brasileiro.

Assim, logo após o terremoto em 2010 que reduziu a capacidade do governo haitiano de fornecer serviços essenciais à população, o Comandante do componente militar, General de Brigada Floriano Peixoto assumiu o controle da resposta militar e começou a trabalhar com o presidente haitiano, Hené Préval, para reintegrar-se uma infra-estrutura básica para garantir a ordem legal e a segurança. Ao mesmo tempo, o Conselho de Segurança da ONU aumentou a força da MINUSTAH em 2.000 soldados e 1.500 policiais (Resolução 1908 em 2010) (HAMMAN e TEIXEIRA, 2017).

Os serviços de saúde do Batalhão Brasileiro (BRABATT) e do grupamento Operativo do Corpo de Fuzileiros Navais do Brasil estabeleceram imediatamente meios para resgatar e oferecer atendimento de primeiros socorros às vítimas, porém, a demanda avassaladora excedeu sua capacidade de resposta (HAMMAN e TEIXEIRA, 2017).

As primeiras medidas adotadas pela MINUSTAH foram implantar o hospital de campanha da Força Aérea; fornecer água potável e comida; distribuir kits médicos para alívio de desastres; implantar pessoal de resgate da Brigada de Incêndio; estabelecer uma Operação Militar Conjunta; coordenar os esforços de apoio financeiro; definir as prioridades de acordo com as necessidades determinadas pelo Comandante da Força e pelo Governo do Haiti; assumir a responsabilidade pela elaboração dos relatórios de ação; Estabelecer contatos com o setor produtivo da economia nacional, a fim de motivar as contribuições para a ajuda humanitária (HAMMAN e TEIXEIRA, 2017).

Figura 2 – Distribuição de água à população após o terremoto de 2010



Fonte: MILITARY-MEDICINE.COM (2019)

De acordo com o Exército Brasileiro (2019), autorizado pela resolução 1908, o contingente brasileiro na MINUSTAH foi aumentado em 900 militares. Então, a Força Brasileira de Manutenção de Paz no Haiti consistiu no 1º Batalhão Brasileiro (BRABAT I), incluindo um grupamento Operativo do Corpo de Fuzileiros Navais do Brasil, o 2º Batalhão Brasileiro (BRABAT II) e a Companhia de Engenharia Brasileira. Desde o terremoto, essas unidades militares realizam as seguintes missões: distribuição em grande escala de alimentos e água potável; suporte de segurança para pessoas e edifícios; remoção de resíduos; reconstrução de infra-estruturas críticas, e o mandato da MINUSTAH.

O terremoto que atingiu o Haiti resultou em mais de duas mil mortes, inúmeros feridos e uma multidão de pessoas perdendo suas casas. Isso sobrecarregou os recursos de planejamento e resposta da comunidade internacional. O Brasil se juntou a vários países no esforço humanitário para resgatar vítimas, tratar feridos e restaurar a infra-estrutura haitiana. O governo brasileiro e as Forças Armadas se esforçaram para realizar não apenas sua missão em relação ao desastre natural, mas também a do mandato da MINUSTAH. A população brasileira mostrou uma resposta notável, que pôde ser confirmada pela quantidade de doações, bem como pela participação vívida de profissionais no Haiti (HAMMAN e TEIXEIRA, 2017).

Figura 3 – O caos após o terremoto de 2010 no Haiti



Fonte: ESTADÃO (2010)

2.7.4 Após 13 anos de contribuição Brasil deixa o Haiti

Segundo Stochero (2017), após 13 anos de operações e vários anúncios sobre a data de fechamento, as Forças Armadas brasileiras deixaram a missão de paz no Haiti em 15 de outubro de 2017.

O Conselho de Segurança votou por unanimidade, em 13 de abril de 2017, para pôr fim à MINUSTAH, optando por substituí-la por uma força policial chamada Missão das Nações Unidas para o Apoio à Justiça no Haiti, que presta assistência em consolidando a polícia haitiana até 2019 (STOCHERO, 2017).

Entre 16 de maio e 1º de junho de 2017, foram desdobradas as últimas tropas brasileiras para operar no Haiti. Dos 970 militares enviados ao Haiti, 850 eram do 26º Batalhão de Manutenção da Paz do Brasil, composto de membros da Marinha, do Exército e da Força Aérea, e 120 da 26ª Companhia de Engenharia, formada exclusivamente por militares do Exército (STOCHERO, 2017).

O General de Brigada Ajax Porto Pinheiro relembra três momentos que foram os mais dramáticos e emblemáticos para a missão no Haiti. O primeiro deles foi no início da missão, quando nosso esforço de manutenção da paz foi bastante intenso, exigindo o uso efetivo de nossas tropas em operações de combate, resultando na pacificação da nação. O segundo momento aconteceu quando a ajuda foi dada às vítimas do enorme terremoto que atingiu o Haiti, resultando em várias baixas. Nossas tropas participaram desse resgate com bastante eficácia. E finalmente, quando pudemos apoiar ações comunitárias após a passagem do furacão Matthew, que também foi um evento que teve um enorme impacto no país. Nosso desempenho nessas três ocasiões foi decisivo para normalizar a situação no Haiti, do ponto de vista da segurança (STOCHERO, 2017).

O terremoto de 12 de janeiro de 2010 deixou mais de 200 mil mortos. Antes do desastre, a missão considerou que a situação estava sob controle e começaria a reduzir a força militar para deixar o país.

A tragédia causou a morte de 18 militares brasileiros e 2 civis. Após o terremoto, o Brasil aumentou seu contingente na MINUSTAH. Mais de 2.000 brasileiros permaneceram no país por quase seis meses (STOCHERO, 2017).

A passagem do furacão Matthew pelo país em 4 de outubro de 2016 causou quase 900 mortes. Além do trabalho de resgate, as tropas brasileiras também desempenharam um papel na reconstrução de estradas e pontes para que a ajuda humanitária pudesse passar.

Um pelotão do Corpo de Fuzileiros Navais foi o primeiro grupo de tropas capaz de chegar à cidade mais atingida, Jérémie, por terra, em 7 de outubro de 2016. Demonstrando sua profunda afeição pelo desempenho dos militares na região, os haitianos chamam o brasileiro de tropas "Bombagais", que significa boas pessoas no crioulo haitiano (STOCHERO, 2017).

Figura 4 – Haiti após a passagem do furacão Mathew em 2016



Fonte: BRASIL DE FATO (2016)

3 REFERENCIAL METODOLÓGICO

Os procedimentos metodológicos utilizados foram os seguintes: leituras preliminares para aprofundamento do tema; definição e elaboração dos instrumentos de coleta de dados e definição das etapas de análise do material. Ao serem estabelecidas as bases práticas para a pesquisa, procurou-se garantir a execução da pesquisa seguindo o cronograma proposto além de propiciar a verificação das etapas de estudo.

3.1 TIPOS DE PESQUISA

Foi realizada uma pesquisa exploratória, para justificar os fatos e as experiências vividas no Haiti no combate contra Forças Irregulares.

Segundo Gil (2008, p. 47):

A pesquisa exploratória tem por finalidade proporcionar maior familiaridade com o problema (explicitá-lo). Pode envolver levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas experientes no problema pesquisado. Geralmente assume a forma de pesquisa bibliográfica e estudo de caso.

O principal objetivo da pesquisa exploratória é proporcionar maior familiaridade com o objeto de estudo. Muitas vezes o pesquisador não dispõe de conhecimento suficiente para formular adequadamente um problema ou elaborar de forma mais precisa uma hipótese. Nesse caso, é necessário “desencadear um processo de investigação que identifique a natureza do fenômeno e aponte as características essenciais das variáveis que se quer estudar” (KOCHE, 1997, p. 126).

Neste estudo, utilizou-se a pesquisa bibliográfica, onde de acordo com Gil (2008, p. 50), “é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”.

Koche (1997, p. 122) afirma que a pesquisa bibliográfica pode ser realizada com diferentes fins:

a) para ampliar o grau de conhecimentos em uma determinada área, capacitando o investigador a compreender ou delimitar melhor um problema de pesquisa; b) para dominar o conhecimento disponível e utilizá-lo como base ou fundamentação na construção de um modelo teórico explicativo de um problema, isto é, como instrumento auxiliar para a construção e fundamentação de hipóteses; c) para descrever ou sistematizar o estado da arte, daquele momento, pertinente a um determinado tema ou problema.

Em um primeiro momento foram identificados autores como: Visacro (2013), Trespach (2018), Ferguson (2014), dentre outros, os quais forneceram dados relevantes para a pesquisa.

Em um segundo momento foi realizada uma pesquisa de campo com 3 oficiais da AMAN, a fim de analisar as experiências vividas pelos militares que integraram esses pelotões para implementar novas doutrinas ao Exército Brasileiro

3.2 MÉTODOS

Primeiramente foram feitas leituras flutuantes de artigos e livros a respeito do tema, a fim de selecionar o material que foi utilizado como referencial teórico. Logo após foi feito um fichamento dos mesmos, o qual não será apresentado no TCC.

Foi realizado um estudo de campo com 3 oficiais da AMAN, a respeito do adestramento dos cadetes.

4 ESTUDO DE CAMPO

Foram realizadas entrevistas com 3 oficiais da AMAN, a fim de analisar as formas de emprego dos pelotões de infantaria contra forças irregulares no Haiti, além de analisar as experiências vividas pelos militares que integraram esses pelotões para implementar novas doutrinas ao Exército Brasileiro.

O Cap Colombo informou que o adestramento foi conduzido em duas semanas em diversos temas, os principais são progressão em ambiente urbano, combate em ambiente confinado, instruções de inteligência e contra inteligência era o principal foco da preparação dos pelotões, e foi realizado com 3 grupos de combate.

Com relação à eficiência dos adestramentos na hora de cumprir as missões Cap Colombo informou que foram eficientes mais houve pouco tempo de adestramentos, precisavam de mais tempo e mais munição.

No que diz respeito ao emprego dos pelotões de infantaria com 3 grupos de combate, foi visualizado se poderia ser realizado com 4 grupos de combates, Cap Colombo afirmou que não, muito pelo contrário os grupos de combate tinham que ter mais autonomia para atuar descentralizadamente.

No que tange à atual doutrina de 3 grupos de combate nos pelotões conseguir prover efetivo suficiente para o cumprimento das missões, Cap Colombo afirmou que sim, provê efetivo suficiente para cumprir as missões.

A entrevista com o Cap Velôzo ao ser questionado a respeito do adestramento, o mesmo respondeu que foi um adestramento reduzido, tinham pouco tempo de adestramento, em 10 dias foi realizado, instruções de tiro, legislações das ONU, regras de engajamento, instruções de ajudas humanitárias que era o principal foco, porque a missão era de caráter emergencial por causa do terremoto em 2010.

Nos treinamentos fizeram com que os pelotões fossem bem flexíveis, priorizavam sempre que fosse possível quando ocorriam ações que o pelotão acreditava que tinham possibilidades de contato que acabou não ocorrendo muito, então os pelotões iam em 3 grupos de combate mas quando os pelotões iam para outras missões que não tivessem contato com o inimigo dividiam em 4 grupos de combate porque ganhavam flexibilidade e amplitude onde conseguiam estar em mais lugares ao mesmo tempo, e nas horas dos rodízios para ter um maior descanso e evitar desgastes do pelotão, então quase a missão toda atuavam em 4 grupos de combate só que como o pelotão não tinha 4 comandantes de grupo o Adjunto sempre

pegava 1 grupo de combate, isso aí não era o ideal, se for para dividir em 4 grupos de combate o ideal é que tivesse realmente 4 comandantes de grupos para cada grupo de combate.

Com relação aos adestramentos serem eficientes na hora de cumprir as missões ou houve alguma técnica do combate contra forças irregulares que poderia ter sido treinada, Cap Velôzo respondeu que se o pelotão tivesse tiros de enfrentamento o adestramento teria sido pouco e como consequência disso o pelotão teria que criar condutas e procedimentos durante a operação, mais como o principal problema que o pelotão enfrentou foi muito a parte de organizar ajudas humanitárias, o pelotão não imaginava que podia dar certos problemas que foram dando no Haiti é como consequência disso tinham que criar algumas técnicas para facilitar o cumprimento desse tipo de missão.

No que diz respeito a durante o emprego dos pelotões de infantaria com 3 grupos de combate, foi visualizado que poderia ser realizado com 4 grupos de combates, Cap Velôzo respondeu que o pelotão reduziu os efetivos dos 3 grupos de combate a 9 homens para criar 4 grupos de combate a 7 homens, para realizar as missões que não tivessem contato com as forças irregulares, mais se fosse uma situação de contato com as forças irregulares é preferível ter 3 grupos de combate a 9 homens do que 4 grupos de combate com 7 homens, porque faz uma diferença entre os grupos de combate ter mais gente para manobrar e um maior poder de fogo quando precisar.

No que tange à atual doutrina de 3 grupos de combate nos pelotões consegue prove efetivo suficiente para o cumprimento das missões, Cap Velôzo informou que sim, o efetivo consegue cumprir com as missões, só depende de o pelotão saber se organizar.

A entrevista com o Maj Stenio Ribêiro a respeito do adestramento, o mesmo informou que foi realizado no CCOPAB e nos exercícios de adestramento do Batalhão de Força de Paz, o adestramento foi realizado com 3 grupos de combate.

Com relação à esses adestramentos serem eficientes na hora de cumprir as missões ou houve alguma técnica do combate contra forças irregulares que poderia ter sido treinada, Maj Stenio Ribêiro afirmou que sim, foi suficiente, preparou a tropa para as missões que iriam cumprir no Haiti.

No que diz respeito a durante o emprego dos pelotões de infantaria com 3 grupos de combate, foi visualizado que poderia ser realizado com 4 grupos de combates, Maj Ribêiro Ribeiro disse que sim, durante as operações foi necessário ajustar para 4 grupos de combates.

Sobre a atual doutrina de 3 grupos de combate nos pelotões consegue prove efetivo suficiente para o cumprimento das missões, Maj Stenio Ribêiro concluiu que depende da

missão, uma missão que demande mais rodízios seria interessante um quarto grupo de combate para combater as forças irregulares no Haiti.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil anunciou a retirada de seus últimos capacetes azuis comissionados pela ONU no Haiti, marcando o fim da missão militar de 13 anos no país caribenho.

Os militares brasileiros chegaram em junho de 2004, quando o Haiti estava passando por instabilidade e violência. Treze anos depois, o Haiti tem um governo democrático e as condições para uma paz duradoura e desenvolvimento econômico e social.

Por mais de uma década, cerca de 37.500 soldados brasileiros da Missão de Estabilização da ONU no Haiti foram destacados para colaborar com a polícia de segurança haitiana. A missão começou em 2004 como uma tentativa de conter a violência resultante do golpe apoiado pelos EUA contra o então presidente Jean-Bertrand Aristide.

Os capacetes azuis tiveram sua missão ampliada em 2010, depois que um terremoto devastou o país e deixou até 300.000 mortos. Em 2016, o furacão Mathew assolou o país, em nova tragédia.

A contribuição original da MINUSTAH no Brasil consistia em um batalhão de infantaria do Exército, um grupo de operações do Corpo de Fuzileiros Navais e uma tropa de engenharia militar (1.300 soldados). Após o devastador terremoto de janeiro de 2010, este foi complementado com um segundo batalhão do Exército, resultando em um contingente total de 2.200 soldados. Esse contingente foi reduzido proporcionalmente, chegando ao fim da missão em 15 de outubro de 2017. Durante a missão, os líderes brasileiros expressaram sua preferência em reduzir os aspectos militares da missão e melhorar aqueles relacionados ao desenvolvimento, fortalecendo as instituições estatais e um papel de polícia. Apesar disso, não há envolvimento atual na MINUJUSTH, a operação sucessora da MINUSTAH.

A experiência da MINUSTAH continua a moldar a doutrina e o treinamento do Brasil para a manutenção da paz hoje. No entanto, o compromisso pós-Haiti do país com as operações de manutenção da paz da ONU foi significativamente reduzido.

Além disso, em 31 de dezembro de 2018, o Brasil atualmente comprometeu 52 indivíduos e outras contribuições simbólicas para as operações de manutenção da paz da ONU; cerca de um terço desses trabalhos na UNMISS. Um indivíduo notável é o ex-Comandante da Força da MINUSTAH, Carlos Alberto dos Santos Cruz, que exerceu o mesmo papel em MONUSCO de abril de 2013 a dezembro de 2015, incluindo o comando da Brigada de Intervenção de Força orientada ofensivamente. Santos Cruz posteriormente escreveu o Relatório da ONU de dezembro de 2017, melhorando a Segurança das Forças de Paz das Nações Unidas.

A cobertura dos esforços do país no Haiti tendeu a retratar as operações de paz como um investimento valioso de recursos, retratando uma imagem positiva e responsável do Brasil no mundo.

Em abril de 2017, o Conselho de Segurança da ONU decidiu encerrar a missão, estabelecendo seu fechamento definitivo até 15 de outubro de 2017. Mas, ela foi substituída por outra missão, chamada Missão de Apoio à Justiça da ONU no Haiti, com cerca de 1.200 militares, que será responsável pelo treinamento da polícia haitiana.

No estudo de campo realizado com oficiais que participaram das Missões no Haiti, foi observado que o tempo de adestramento foi curto, tendo sido realizado com 3 grupos de combate. Embora tenham sido eficientes mais houve pouco tempo de adestramentos, precisavam de mais tempo e mais munição.

Com relação ao emprego de 3 grupos de combate, se poderia ter tido a utilização de 4 grupos, um disse ser suficiente os 3 grupos e outros dois oficiais disseram que seria melhor 4, sendo que um deles disse ser necessário ajustar para 4 grupos.

Com relação à doutrina de 3 grupos conseguir suprir a demanda, constatou-se que depende da missão, assim sendo, o comandante deverá ajustar à medida do necessário.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Manual de operações de paz**. Brasília: Ministério da Defesa, 2013.

Conferencia de las fuerzas armadas centroamericanas, 2019. Disponível em: <<http://www.conferenciafac.org/mision-de-estabilizacion-de-las-naciones-unidas-en-haiti/>>. Acesso em: 25 Março 2019

DZIEDZIC, Michael; PERITO, Robert M. Haiti: confronting the gangs of Port-au-Prince, United States Institute of Peace, Special Report 208, p. 1-16, 2008.

EXÉRCITO BRASILEIRO. **Missões de paz**. Disponível em: <www.eb.mil.br>. Acesso em: 07 mar. 2019.

FERGUNSON, N. **O horror da guerra**: uma provocativa análise da Primeira Guerra Mundial. São Paulo: Saraiva, 2014.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2008.

HAMMAN, E. P.; TEIXEIRA, C. A. R. **Brasil MINUSTAH 2017**. São Paulo: Instituto Igarapé, 2017.

INTERNATIONAL CRISIS GROUP (ICG). Spoiling security in Haiti. Latin America/Caribbean Report, n. 13 (31 May), 2005

KOCHE, J. C. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Vozes, 1997.

KOLBE, Athena R. Revisiting Haiti's Gangs and Organized Violence, Humanitarian Action in Situations Other Than War (HASOW), Discussion Paper , 2013.

LESSA, M. A. G. **A Participação dos contingentes do Exército Brasileiro na Missão de E das Nações**. 2007. 115f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola Brasileira De Administração Pública, Rio de Janeiro, 2007.

ONU. **Missões de paz**. Disponível em: <www.nacoesunidas.org>. Acesso em: 25 maio 2019.

PINEIRO, E. S. **Análise das convenções de Genebra e seus protocolos adicionais**. Disponível em: <www.semanaacademica.org.br/system/files/artigos/analise_das_convecoes_de_genebra_e_seus_protocolos_adicionais.pdf>. Acesso em: 22 set. 2018.

STOCHERO, Tahiane. **Brasil encerra participação na missão de paz da ONU no Haiti**. Porto Príncipe, 1 set. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/google/amp/mundo/noticia/brasil-encerra-participacao-na-missao-de-paz-da-onu-no-haiti.ghtml>. Acesso em: 21 jun.2019.

STEVENSON, D. **A história da Primeira Guerra Mundial**: 1914-1918. São Paulo: McGraw Hill, 2014.

SANTIAGO. **La Guía**, 2007. Disponível em: <<http://geografia.laguia2000.com/geografia-regional/america/haiti-geografia-fisica>>. Acesso em: 29 março 2019.

TRESPACH, R. **Histórias não (ou mal) contadas da Primeira Guerra Mundial**. São Paulo: Harper Colins, 2018.

VISACRO, A. **Guerra Irregular: terrorismo, guerrilha e movimentos de resistencia ao longo da história**. [S.l.]: Contexto, 2013.

ANEXO

ANEXO 1 – QUESTIONÁRIO PARA OS OFICIAIS

1. Como foi realizado o adestramento antes de ir para missão? e quais as características do combate contra forças irregulares foram mais abordadas com maior riqueza de detalhes? O adestramento foi realizado com 3 grupos e combate como manda o manual?

2. Esses adestramentos foram eficientes na hora de cumprir as missões ou houve alguma técnica do combate contra forças irregulares que poderia ter sido treinada?

3. Durante o emprego dos pelotões de infantaria com 3 grupos de combate, foi visualizado que poderia ser realizado com 4 grupos de combates?

4. A atual doutrina de 3 grupos de combate nos pelotões consegue prove efetivo suficiente para o cumprimento das missões?